MANDADO DE SEGURANÇA — USO E ABUSO — EMBARGOS

— Não cabem embargos em mandado de segurança. *

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Estado do Espírito Santo *versus* Antônio Fernandes Filho e outros

Recurso extraordinário n.º 22.650 — Relator: Sr. Ministro

MÁRIO GUIMARÃES

ACÓRDÃO

Acordam, em sessão da 1.^a Turma, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao presente recurso extraordinário em que é recorrente o Estado do Espírito Santo, e são recorridos Antônio Fernandes Filho e outros, na forma das notas taquigráficas, que complementam êsse acórdão.

Rio, 2 de julho de 1953. — *Barros Barreto*, Presidente. — *Mário Guimarães*, Relator.

RELATÓRIO

O Sr. Ministro *Mário Guimarães* — O Estado do Espírito Santo recorre, extracordinariamente, da decisão que, em mandado de segurança, admitiu embargos ao acórdão proferido posteriormente à Lei n.º 1.533, de 31 de dezembro de 1951.

Admitido e processado, pronunciou-se o Dr. Procurador-Geral pelo conhecimento e provimento.

E' o relatório.

VOTO

O Sr. Ministro *Mário Guimarães* (Relator) — O processo correu, desde a inicial, em plena vigência da Lei n.º 1.533. Já se tem pronunciado várias vezes êste Tribunal pelo não cabimento dêste recurso. Do primeiro acórdão, do n.º 1.637, fui Relator e proferi meu voto nestes têrmos, que reproduzo:

“A matéria de recursos, em mandado de segurança, nunca foi tratada com muita felicidade pelo legislador. Têm os ambíguos dos textos legais geraram nesta Côrte, e nos outros Tribunais do país, intermináveis controvérsias.

A propósito do prazo para recorrer da decisão que concede o mandado, estávamos no domínio do Código de Processo, estremeados em duas correntes: quatro dos Srs. Ministros, se não me engano, equiparavam êsse prazo ao da apelação, e seis o fixavam em cinco dias, por aplicação do art. 11 do Decreto-lei n.º 191, que, neste ponto, ainda reputavam vigorante.

Os primeiros ponderavam que, tendo o Código de Processo condensado tôda a matéria concernente ao mandado de segurança, as disposições da lei anterior que não tinham sido reproduzidas, se deveriam haver como revogadas, expressa ou implicitamente. Nada mais resta do Decreto-lei n.º 191, de 16 de janeiro de 1936.

Agora, uma nova lei refundiu, totalmente, o instituto do mandado de segurança. Reproduziu normas vigentes, modificou algumas e prescreveu outras sobre o cabimento do pedido, a sua marcha, os seus recursos. Aplicando o raciocínio de que nos servíamos quando do Código de Processo, temos agora, parece-me, a mim, de entender revogadas aquelas disposições das leis anteriores que a nova não reproduziu

* NOTA DA RED.: Iguais decisões foram proferidas nos mandados de segurança ns. 2.012 e 2.019, *in* D.J. de 3-6-57 (Suplemento), pág. 1.401; mandado de segurança n.º 2.088, *in* D.J. (Suplemento) de 22-7-57, pág. 1.887.

salvante, é claro, o que fôr matéria constitucional.

Assentada esta premissa, a conclusão ressalta logo: revogadas estão tôdas as leis sôbre embargos em mandado de segurança, pois que a nova lei, tendo regulado tôda a matéria dêsse instituto, inclusive quanto a recursos, de embargos não tratou. Implicitamente os extinguiu.

O art. 833 do Código de Processo, com a redação que lhe deu o Decreto-lei n.º 8.570, de 8 de janeiro de 1946, está, assim, nesta parte, revogado, e bem assim leis outras que tenham por qualquer forma disposto a respeito. A Lei n.º 1.533, de 31 de dezembro de 1951, não estabeleceu disposições "a par das existentes", nos têrmos do § 2.º do art. 2.º da Introdução ao Código Civil, mas com perfeito enquadramento no § 1.º do mesmo art. 2.º, que diz: "A lei posterior revoga a anterior — quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente, a matéria de que tratava a lei anterior".

Por outro lado, impugnando a inteligência que dávamos ao Código de Processo, ponderava-se que a movimentação do mandado de segurança exige celeridade. O recurso de apelação, de prazos dilatados, é isento. Não se compadecia com a urgência de atuação, que a natureza da medida reclamava. Esse argumento, que era inegavelmente forte, com mais perfeição se ajusta, penso eu, à lei atual.

Restabeleceu o legislador o agravo Preferiu, entre o recurso comum da apelação, que é mais amplo, o do agravo, que é mais rápido. Seria menos lógico que a lei, para lograr brevidade, houvesse desprezado a apelação e permitisse os embargos, que distanciam o julgamento final.

Na recente lei, muito mais do que nas outras, a razão de celeridade parece ter sido o *leit-motif* de suas disposições. Vejam-se os arts.: 10, que reduz a cinco dias o prazo para informações; o 12, que institui o agravo de petição; o 17, que confere prioridade para julgamento sôbre outros processos;

o parágrafo único dêsse mesmo artigo, que fixa, em 24 horas, o prazo para a distribuição, etc. Nota-se que a intenção foi dar ao maior número de casos possíveis — v. redação dos cinco primeiros artigos — um remédio mais rápido que o do processo comum. Maior amplitude e maior celeridade são as características do novo decreto. Dentro dêsse espírito cumpre interpretá-lo.

As leis processuais são leis de ordem prática. Devem ser compreendidas sob critério prático, observados os princípios da segurança, brevidade e economia. Duvidoso é que os embargos opostos perante o mesmo corpo julgante possam oferecer melhor garantia de julgamento aos que litigam. A observação dos fatos tem mostrado que a tendência é conservarem os juizes a própria opinião, o que é lógico, desde que novas provas, nesta altura da causa, já se não podem trazer. Surgem, às vêzes, decisões diferentes, quando se ausenta ou é substituído algum dos julgadores. Tais ocorrências, que chegam até a modificar a jurisprudência, constituem, porém, o *alea* dos Tribunais. Não é contingente que mercça considerado na aplicação da lei.

Os embargos são remédio na verdade útil apenas quando opostos contra decisões em turma, para ensejar a manifestação do Tribunal. Contra julgamentos do Tribunal Pleno, constituem mero paliativo.

Recursos interpretam-se estritamente.

Na dúvida, não podem ser admitidos, porque prevalece o direito do vencedor à coisa julgada. Esta razão bastaria, a meu ver, em face do silêncio da lei, para repelir os embargos.

Haverá quem argumente merecer louvores uma interpretação liberal. Lembro que liberal é a Inglaterra, e tão sóbria se mostra na concessão dos recursos que, para uma população de 40 milhões de pessoas, quarenta e quatro juizes de 2.ª instância são bastante. No Brasil, com a multiplicação dos apelos, centenas de magistrados, nos tribunais superiores, vivem assoberbados de trabalho.

A liberalidade nesta matéria, ousou ponderar, é arma de dois gumes. Pode aproveitar algumas vezes ao recorrente, mas vai ferir outras muitas e injustamente, ao litigante adverso, sobre cuja cabeça, meses a fio, prolonga a expectativa da solução final.

Certamente, e Deus me livre pensar de outra maneira, ninguém põe em dúvida a conveniência de haver recursos.

Há distinguir, entretanto, entre o uso do recurso e o seu abuso. Foi pródiga a Constituição de 46, quanto aos mandados de segurança e *habeas corpus*, com o permitir em todos os casos de denegação, possam chegar os pacientes à Suprema Corte o que, aliás, em fu-

turo próximo, se a população do Brasil continuar a crescer, será disposição de cumprimento impossível.

Obedecemos à Constituição. Não cultivemos, todavia, o seu espírito absorvente. Ouçamos uma vez, porque assim o exige a lei magna, cada um dos impetrantes, mas não duas ou três, porque retardaremos, dessa forma, para o litigante oposto, a efetivação da Justiça”.

Conheço e dou provimento.

DECISÃO

Como consta da ata, a decisão foi a seguinte: Por votação unânime foi conhecido o recurso, que teve provimento.